

Em Resumo...

Multilaterais

O sucesso do fracasso das negociações da OMC: Graciela Rodríguez, Coordenadora Global da IGTN, analisa o colapso das negociações na reunião Mini-ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada nos últimos dias em Genebra.

Mulheres propõem como financiar o desenvolvimento. Na sede das Nações Unidas, mulheres de todas as partes do mundo se reuniram para apresentar suas propostas nas Audiências das Nações Unidas com a Sociedade Civil sobre o Financiamento do Desenvolvimento. Orçamentos públicos com enfoque de gênero, dedicar 10% da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento para combater as desigualdades de gênero, são algumas das propostas.

Efetividade da Ajuda. A IGTN-LA e outras redes da região apresentaram suas preocupações e propostas sobre a agenda da eficácia da ajuda aos governantes da região e aos países cooperantes. Entre as propostas destacamos: a inclusão de indicadores de desigualdade nas definições para as atribuições da Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

Bilaterais entre América Latina e União Européia

Diretiva de Retorno e Comércio: Pouco após a finalização da Cúpula da América Latina- União Européia, o Parlamento Europeu votou uma lei para a expulsão de imigrantes em situação irregular, que estaria afetando milhões de latinas e latinos. Por sua vez, o bloco europeu mesmo não querendo os imigrantes lá, quer seus capitais aqui e segue impulsionando os Acordos de Associação na região.

Regionais

Cúpula do MERCOSUL sem sal. Muitas são as tarefas pendentes para a Presidência Pro Tempore Brasileira: aprovar o código alfandegário, eliminar a cobrança da dupla tarifa alfandegária, aprovar por parte do parlamento brasileiro e paraguaio o ingresso da Venezuela ao MERCOSUL, entre outras.

Cúpula dos Povos do Sul: 400 pessoas de diferentes movimentos sociais do Cone Sul se reuniram na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, para discutir alternativas para um MERCOSUL mais democrático e por um “modelo produtivo que garanta a soberania alimentar”.

Glossário:

Ferramenta para esclarecer alguns conceitos que se encontram no boletim:
Acordo de Associação, Consenso de Monterrey, G77, Grupo de Cairns, Mecanismo de Salvaguarda Especial, Organização Mundial do Comércio, Rodada de Doha, Sistema General de Preferências Tarifárias.

Boletim elaborado pelo Capítulo Latino-Americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio, com o apoio da UNIFEM. As notícias procedem de notas de imprensa de meios locais e internacionais, entre outras: Resumo de Imprensa da OXFAM e Boletim Pontes de ICTSD. Editora Responsável: Nicole Bidegain.

Para assinatura ou cancelamento: boletin@generoycomercio.org

Para ler boletins anteriores: www.generoycomercio.org - Tradução: Vivian Costa – Instituto EQUIT / IGTN Brasil.

M u l t i l a t e r a i s

O sucesso do fracasso das negociações da OMC Por Graciela Rodríguez**, Coordenadora Global da IGTN

Depois de sete anos, a mal chamada Rodada de Desenvolvimento, lançada em Doha em 2001 pela Organização Mundial do Comércio (OMC)*, não conseguiu fechar um acordo. Isto foi informado como o "fracasso" das negociações. Mas o chamado fracasso de alguns pode ser – e neste caso o foi – o sucesso para outros.

Para os movimentos sociais que acompanhamos as negociações na OMC e, em particular, a partir da II Reunião Ministerial em Seattle em 1999, a quebra das negociações expõe sim o fracasso do modelo de liberalização progressiva globalizante.

Num processo que muito teve de antidemocrático, ilegítimo e excludente, já que um pequeno grupo de pouco mais de trinta países foi chamado a definir os rumos das populações e do planeta em seu conjunto - pelas implicações sociais e ambientais destas definições - se pretendia remediar o doente com mais da mesma medicina que já provou seu insucesso.

A rápida abertura das economias dos países em desenvolvimento nas últimas décadas tem sido amplamente associada com a concentração fundiária e a expulsão de camponeses, a diminuição dos ingressos reais e a perda da proteção laboral e com o vácuo na responsabilidade dos Estados em termos da reprodução social e provisão de serviços públicos essenciais, aumentando a vulnerabilidade das populações, especialmente nos países menos desenvolvidos, e afetando em particular as mulheres. Assim, e diante da crise alimentar e energética que o mundo vivencia atualmente, um acordo na OMC só aprofundaria este processo e suas conseqüências.

De fato, a crescente liberalização da agricultura no último meio século tem provocado o desmantelamento da tradicional estrutura produtiva mundial de alimentos baseada fundamentalmente na agricultura familiar. Tornando, com isto, os países, especialmente do Sul, cada dia mais voltados e dependentes das exportações de matérias-primas e de recursos naturais destinados a

sustentar os crescentes padrões de consumo do Norte, em um processo que tem facilitado a acumulação e concentração de riquezas por um pequeno número de grandes corporações do setor agrícola. Assim, enquanto os EUA e a UE protegem suas produções internas e seus mercados com elevados subsídios, na última mini-ministerial realizada em Genebra, no âmbito da OMC, eles se recusaram a aceitar as salvaguardas dos países em desenvolvimento também dispostos a proteger sua soberania alimentar e seus camponeses. Por isto não foi surpreendente que o motivo do colapso negociador fosse a intransigência nessa recusa por parte dos EUA. Tais salvaguardas teriam por objetivo acionar barreiras de proteção à entrada de produtos agrícolas nos casos de surtos de importação. Quando a entrada desses produtos superasse a média de importação dos três últimos anos tais mecanismos seriam utilizados. Assim, a Índia foi colocada como o vilão da história, ao propor a utilização desses mecanismos com 10% de aumento nas importações de produtos agrícolas e alimentos, entretanto os países com interesses agrícolas ofensivos queriam que esses mecanismos fossem acionados ao se atingir um aumento de 40% na importação, quando possivelmente milhões de camponeses já teriam sofrido as conseqüências dramáticas dessa liberalização.

Analisando o acontecido nos últimos anos vemos que o próprio surgimento do conceito de soberania alimentar para todos os estados e povos é conseqüência justamente da vulnerabilidade em que tem sido colocada a produção e a disponibilidade de alimentos dos países. Numa situação de privação dos modos de vida tradicionais, foram justamente as mulheres, responsáveis pela gestão cotidiana da água e dos alimentos, as que têm

se sobrecarregado com as responsabilidades do cuidado. Nos países em desenvolvimento, as mulheres e as famílias que vivem na pobreza têm sido especialmente afetadas, deslocadas de suas terras e de sua subsistência, engrossando as periferias das cidades e os movimentos migratórios motivados pela falta de condições de subsistência. Assim, durante as reuniões em Genebra, a Índia assumiu ser o porta-voz enfático a expressar a preocupação de muitos países pobres com a subsistência de milhões de pequenos agricultores dos países em desenvolvimento.

De outro lado, estas negociações também insistiam em oferecer supostas vantagens na abertura de mercados para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento em troca de maior abertura destes para os produtos industriais dos países desenvolvidos. As negociações conhecidas como NAMA (de produtos industriais e outros não agrícolas) se assinadas reforçariam o tradicional papel exportador de bens e tecnologia de alto valor agregado dos países desenvolvidos e de suas corporações transnacionais e aumentariam o risco de uma rápida desindustrialização dos países menos desenvolvidos, ao tempo que dificultariam seu avanço industrial e tecnológico. Ao mesmo tempo, teriam um impacto adverso sobre a capacidade dos governos para desenhar e implementar políticas de promoção industrial a pequenas e médias empresas e a capitais locais como parte de um desenvolvimento econômico sustentável e com equidade de gênero em longo prazo. Os cortes tarifários promovidos em NAMA iriam abrir setores industriais para a concorrência de importados, o que provavelmente deslocaria a produção local com graves impactos pela perda de milhões de empregos.

Estas negociações iriam também no sentido do aprofundamento das desigualdades de gênero ao afetar em particular o emprego feminino industrial que - a pesar da segregação salarial ainda existente - é atualmente o setor que concentra os melhores empregos femininos permitindo diminuir as brechas salariais para as mulheres. Além disso, os cortes tarifários seguramente reduziram as receitas alfandegárias, restringindo os orçamentos dos países em desenvolvimento para atender às políticas

públicas essenciais, o que é crucial para o avanço das mulheres.

Ao mesmo tempo, as promessas de troca que estavam na mesa de negociações entre os setores de Agricultura e de Bens industriais também provocaram desavenças e diversas posturas encontradas, entre os países e dentro mesmo de blocos mais ou menos consolidados. Assim, por exemplo, a República Tcheca e a Hungria na União Européia e Argentina no MERCOSUL, atuaram com posições isoladas do bloco nas negociações de NAMA, priorizando a proteção de suas próprias produções industriais domésticas e criando assim focos de diferenças e conflitos ao interior desses processos integradores. Estes são exemplos claros da aparição de novos interesses, divergências e contradições entre os países que, entretanto, não param por aí.

O estremecimento produzido entre Índia e China, de um lado, e o Brasil, de outro, também deverá causar impactos no interior do G20, bloco que tem cumprido até agora um papel importante no travamento das negociações por sua atuação contra os subsídios dos países industrializados. Se bem os mecanismos de salvaguarda tinham sido aceitos no pacote geral de propostas do G20 como uma concessão de alguns países, como o Brasil, para manter este bloco unido, na hora do aperto negociador se percebeu que o interesse defendido pelo governo brasileiro foi o do seu agronegócio, coincidente com o das grandes economias agrícolas exportadoras - reeditando, inclusive, o já quase esquecido *Grupo de Cairns**. Ficou assim evidente a insistência isolada do Brasil na busca de um acordo, fato que o afastou da liderança histórica no G20, assim como entre os países membros do Mercosul. Seguramente isto fará com o que o Brasil tenha que pagar um preço para recompor sua imagem e papel junto aos chamados países emergentes e trará muito possivelmente novos alinhamentos políticos.

Será necessário nos próximos tempos redobrar a atenção para o aumento - que com certeza virá - de novos acordos bilaterais que incluam as mesmas políticas liberalizantes que em Genebra foram rejeitadas por não darem conta do direito ao desenvolvimento dos países. Os acordos bilaterais e regionais já vinham crescendo desde o travamento das

negociações em Cancun em 2003, seguramente terão agora um impulso renovado com o fracasso negociador da *Rodada de Doha**.

Podemos finalmente resumir que como resultado desse esgotante processo negociador, o mapa geopolítico global ficou muito mais complexo, com a aparição de interesses diversificados que muitas vezes e cada vez mais, não reproduzem os formatos tradicionais. O jogo internacional mostra cada dia mais não só as diversas perspectivas e visões nacionais como as disputas no interior dos chamados “interesses nacionais”. O papel da sociedade civil e das redes internacionais que acompanham os processos negociadores ficou também mais explícito não só na hora das negociações em Genebra, como também na influência sobre os próprios governos nacionais e o acirramento das disputas de poder no interior dos mesmos.

É provável assim, que novas configurações e alianças surjam a partir deste desfecho, que entre outros sinais, indicou claramente que os países em desenvolvimento não querem mais

continuar aceitando as políticas de “livre” comércio que de fato só tem favorecido o interesse das grandes corporações. O princípio da liberalização progressiva do comércio internacional como motor do desenvolvimento está seriamente abalado. As instituições financeiras internacionais - e agora também a OMC - estão em franco retrocesso, porém ainda tem marcada presença e influência no pensamento econômico contemporâneo. Este desfecho deve ser lido à luz do fracasso do receituário neoliberal. Uma nova brecha se abre para trilhar um caminho diferente nas relações internacionais.

Repensar o sistema multilateral de comércio significa colocar realmente no centro das negociações o direito ao desenvolvimento dos países que não tem alcançado a garantia de uma vida digna para seus cidadãos e cidadãs. E isto seguramente significará dar prioridade a formas de produção e intercâmbio regionais e locais que visem dar conta das necessidades das populações olhando para a sustentabilidade da vida e do planeta.

** Socióloga e feminista. Coordenadora Global da IGTN. Membro de REBRIP – Rede Brasileira para a Integração dos Povos e da ASC – Aliança Social Continental.

Bibliografia: Reportes sobre as negociações, elaborados por Mariarosaria Ioro, IGTN -Genebra.
Reportes REBRIP – Adhemar Mineiro (material de divulgação interna para seguimento das negociações)
O Globo – jornal. “Por um fio” dia 29-07-08, e “O fio arrebentou”, do dia 30-07-09
Valor On line - Reuters – 30-07-08.
Diversas declarações de organizações sociais (ASC, Ecologistas em Ação, IATP, OWINFS, REBRIP, Via Campesina, etc.)

Banana não

No marco da reunião Mini-ministerial, os países latino-americanos exportadores de banana se reuniram com a União Européia, com a intenção de colocar fim à “guerra da banana”. Há mais de 15 anos existe uma disputa já que a União Européia permite que as bananas provenientes dos países ACP (África, Caribe, Pacífico) entrem livre de tarifa e impõe uma tarifa de 176 euros para as bananas provenientes da América Latina. O Equador, principal país exportador da fruta, apresentou vários recursos na OMC assegurando que é uma grave distorção do comércio. Na Mini-ministerial, a União

Européia tinha aceitado baixar a tarifa. Esta medida beneficiaria 11 países latino-americanos e, especialmente, as empresas multinacionais norte-americanas que operam na região. No entanto, ao colapsar as negociações da Rodada de Doha, a União Européia retirou a proposta da mesa. Para os países latino-americanos isto era uma negociação paralela e independente dos resultados da Rodada de Doha, entretanto a União Européia diz que devido ao fracasso da Rodada, as negociações terão que começar do zero.

Onde está o dinheiro para o desenvolvimento? Revisão Conferência Financiamento para o Desenvolvimento

Em 2002, a Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento (FpD) reuniu os governos, a sociedade civil, as instituições financeiras e o setor empresarial para discutir as medidas necessárias para financiar as metas de desenvolvimento acordadas nas *Conferências de Nações Unidas dos anos noventa**. Uma nova aliança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, assim como uma reforma sistêmica da governabilidade global, era chave para que os compromissos passassem do papel à prática.



“Nos comprometemos a mobilizar nossos recursos internos, atrair correntes financeiras internacionais, fomentar o comércio internacional como motor do desenvolvimento, aumentar a cooperação financeira e técnica internacional em prol do desenvolvimento, promover um financiamento sustentável da dívida, adotar medidas para o alívio da dívida externa e aumentar a coerência e coesão dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais.”
(Artigo 4, Consenso de Monterrey)

Passados seis anos do *Consenso de Monterrey**, **apenas 5 dos 22 países** doadores cumprem a meta de destinar 0.7% do PIB à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Em um contexto de crise financeira, energética e climática, as Nações Unidas (ONU) levam adiante um processo de revisão sobre o FpD que culminará em dezembro, em Doha (Catar), com uma Conferência Internacional.

Neste marco, as Nações Unidas organizou em junho, em Nova York, uma Audiência com a Sociedade Civil para escutar as propostas das organizações sociais. Organizações e redes se aproximaram e desenvolveram suas atividades. Por exemplo, o Grupo sobre Nexos entre as Finanças e o Comércio realizou uma oficina com o G77*, o Fórum UBUNTU apresentou sua proposta de Imposto sobre as Transações de Divisas e o Grupo de Trabalho de Mulheres sobre o Financiamento para o Desenvolvimento elaborou propostas para cada capítulo do Consenso de Monterrey. No dia prévio à Audiência todas as organizações e coligações discutiram e acordaram estratégias no Fórum da Sociedade Civil. Na manhã de 18 de junho, 7 representantes da sociedade civil apresentaram suas propostas a alguns, não muitos, delegados e delegadas oficiais que se encontravam na Audiência, na sede das Nações Unidas.

As mulheres propõem

Organizações de mulheres e feministas de todas as regiões do mundo se reuniram para discutir o Consenso de Monterrey e elaborar uma declaração conjunta, com o fim de influir no processo de FpD. A consulta foi convocada pelo Grupo de Trabalho de Mulheres sobre FpD e reuniu 50 ativistas. Finalmente, Gigi Francisco, da IGTN-Ásia, apresentou as propostas na Audiência das Nações Unidas.

Entre estas destacamos:

Mobilização de recursos internos

- **Promover orçamentos participativos e sensíveis a gênero.**

Para isso recursos têm que ser atribuídos para capacitar funcionários/as no uso de orçamentos participativos e sensíveis a gênero. Também se deve utilizar pesquisas sobre o uso do tempo que quantifiquem a contribuição das mulheres à economia através do trabalho não remunerado.

Investimentos estrangeiros diretos e correntes de capital privado

• Apoiar a chamada ao estabelecimento de normas obrigatórias para multinacionais nas nações Unidas.

Ante o comportamento cada vez mais especulativo de investidores e agentes comerciais é urgente que se estabeleçam marcos regulatórios claros. As crises financeiras têm efeitos sobre os empregos e os ingressos e impactam de diferente forma a homens e mulheres. Com frequência são as mulheres as que provêm os cuidados, as que têm a maior carga na distribuição do ajuste dentro dos lares.

Comércio internacional

• Aplicar os princípios de tratamento especial e diferenciado nas negociações comerciais.

Deve haver certa proteção comercial através de tarifas razoáveis e medidas que ajudem as e os produtores nacionais a desenvolver suas capacidades, melhorar suas aptidões e tecnologia para que as vantagens competitivas de um país não se baseiem somente em trabalho de baixo custo, mas também no desenvolvimento tecnológico e humano.

• Apoiar e fortalecer a participação das mulheres nos mecanismos multilaterais de supervisão dos acordos e reformas comerciais para analisar os impactos do comércio na sociedade e nas desigualdades de gênero.

Financiar e apoiar a elaboração de indicadores sensíveis para detectar contradições com relação a metas e compromissos sociais no comércio internacional.

Cooperação financeira e técnica internacional

• Assegurar mais ajuda e, ao mesmo tempo, que esta seja mais previsível.

Os países doadores devem cumprir com o compromisso de outorgar 0.7% de seu PIB em Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Por sua vez, tanto doadores como países receptores devem dedicar 10% para o ano 2010 e 20% para o 2015, para efeitos de financiar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

• Eliminar as condicionalidades e reforçar a mútua responsabilidade, prestação de contas e transparência dos países doadores e receptores.

Não se deve vincular a AOD às negociações comerciais. A Assistência tem que desenvolver a capacidade do país receptor de gerar e mobilizar seus próprios recursos e reduzir as desigualdades estruturais.

Dívida externa

• Ampliar e aprofundar o cancelamento da dívida para cobrir não só os países de baixa renda, mas também os de renda média.

• Os empréstimos e o cancelamento da dívida devem desvincular-se das condicionalidades relativas às políticas macroeconômicas.

Questões sistêmicas e temas emergentes

• Reforçar a coerência dos sistemas monetário, financeiro e comercial internacionais em apoio ao desenvolvimento.

• Os financiamentos para tratar as crises alimentar e climática não devem ser empréstimos.

A declaração das mulheres foi enviada aos representantes dos governos da Noruega e Egito, encarregados de estimular o processo de revisão, também ao porta-voz do G77, ao Escritório do FpD e à UNIFEM. Além disso, as propostas foram apresentadas no Fórum de Cooperação e Desenvolvimento da ONU.

Agora é tempo de identificar quem são os encarregados em nível nacional da revisão do

FpD e fazer-lhes chegar a declaração das organizações de mulheres. Nestes dias circulou a primeira versão do documento que será aprovada na Conferência de Doha. Este documento retoma alguma das propostas que vêm sendo trabalhadas a partir da sociedade civil, como incluir a perspectiva de gênero nas reformas fiscais e reformar a arquitetura financeira e monetária internacional. No entanto, é importante que os representantes

dos governos conheçam todas as propostas da sociedade civil, as incorporem no documento e definam prazos e estratégias para cumpri-las.

Documentos:

- Declaração Consulta Mulheres sobre Financiamento para o Desenvolvimento: espanhol e inglês
 - Recomendações chave da Sociedade Civil: inglês
 - Benchmarks da Sociedade Civil: inglês
 - Nexos entre o Comércio e as Finanças como tema transversal na revisão de FpD: inglês
 - Primeira versão documento Conferência Doha: inglês
- Visitar: <http://www.generoycomercio.org/latino.html>

Melhor sim – Mas, não sei Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda

A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda é um documento impulsionado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de aumentar a eficácia na gestão e na provisão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Esta declaração foi impulsionada em 2005, ano de inflexão para a agenda global de desenvolvimento. Nesse ano, as Nações Unidas avaliam que os países fizeram magros progressos para a implementação das **Conferências das Nações Unidas dos anos noventa*, portanto decidem reduzir suas expectativas e impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estes 8 objetivos devem cumprir-se para todos os países para 2015. Mas, para regiões como a América Latina, os ODM são insuficientes já que algumas metas foram alcançadas e, por sua vez, reduz os compromissos dos estados a níveis básicos. Com os ODM de marco, os países doadores e especialmente a União Européia refletiram sobre como reformar a distribuição e a gestão da ajuda de mais uma forma eficiente.

A América Latina e Caribe presentes

Como parte do processo preparatório, a OCDE impulsionou consultas regionais. A América Latina e o Caribe tiveram sua conferência preparatória a princípios de junho em Santa Marta, Colômbia. Em paralelo se realizou uma reunião em Bogotá convocada pela IGTN-LA, a Rede de Educação Popular entre Mulheres e a Confluência Nacional de Redes da Colômbia, apoiadas pela ActionAid Internacional, AWID, WIDE e UNIFEM. Estas organizações fizeram ouvir sua voz em entrevista coletiva e fazendo chegar a declaração aos delegados oficiais.

Algumas reflexões:

Até o momento a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda foi assinada por 26 países doadores, 96 países receptores de assistência oficial ao desenvolvimento e 26 instituições multilaterais.

Entre 2 e 4 de setembro de 2008, se realizará o III Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Acra, Gana. Este encontro, organizado pela OCDE, pretende analisar a implementação da Declaração de Paris e consensuar a 'Agenda de Acra para a Ação'. Participarão os países membros da OCDE e alguns países em desenvolvimento, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil.

Mais informação:

III Fórum Eficácia Ajuda: www.acrahlf.net
Fórum da Sociedade Civil: www.betteraid.org

- Na América Latina, os países denominados de renda média cada vez têm **menos acesso à cooperação internacional** e praticamente estão fora das grandes decisões dos países da OCDE quanto às designações de Assistência Oficial para o Desenvolvimento. Estas designações se realizam a partir de indicadores macroeconômicos como o PIB, que desconhecem as desigualdades inerentes às sociedades latino-americanas. Estas desigualdades afetam particularmente as mulheres pelo efeito multiplicador da desigualdade, que acumula discriminações por gênero, raça, etnia,

idade, classe social e orientação sexual, entre outras.

- O modelo de desenvolvimento na América Latina se caracteriza por uma inserção subordinada no contexto da globalização, que implica um **crescimento com desigualdade** baseado na exploração de matérias-primas, recursos naturais e mão-de-obra, com altos níveis de concentração da riqueza; deixando populações, grupos sociais e territórios em situação de pobreza extrema sem acesso aos recursos da cooperação internacional.

- Somado ao anterior, continuam sendo **impulsionados** acordos econômicos e comerciais que desconhecem as brechas em diversas áreas – tecnologia, desenvolvimento econômico, e renda, entre outras -, que aumentam a vulnerabilidade das economias pela crescente liberalização dos fluxos financeiros e pela especulação. A Rodada de Doha no marco da Organização Mundial do Comércio não tem conseguido avançar nos seus compromissos com o desenvolvimento e grandes regiões do

mundo se debatem pela falta de alimentos, enquanto os países desenvolvidos mantêm condições de **comércio injusto** na agricultura, que penalizam entre outros os pequenos e médios produtores de alimentos de nossa região.

Medidas:

- Em Acra, os governos devem reafirmar a **igualdade** entre homens e mulheres como um objetivo do desenvolvimento e reconhecer que o financiamento para o desenvolvimento não pode ser neutro em termos de gênero.

- Para a América Latina são prioritárias as políticas de **redistribuição** da riqueza e não só as de redução da pobreza, portanto, seria fundamental a inclusão de indicadores de desigualdade tais como o coeficiente de Gini, entre outros, nas definições para as atribuições de AOD e a avaliação do impacto do financiamento para o desenvolvimento e a eficácia da ajuda.

❑ A participação da América Latina e Caribe no fluxo total da ajuda oficial diminuiu de 13% no período 1980-2000 a 9% em 2002-2006.

❑ No caso da América Latina e Caribe, deve-se levar em conta que 60% da população pobre e 50% dos indigentes vivem em países de renda média alta, enquanto que nos países de renda média em conjunto se concentram 96% dos pobres e 92% dos indigentes da região.

“Tendencias y desafíos en la cooperación internacional y la movilización de recursos para el desarrollo en América Latina y el Caribe”, CEPAL 2008.



Entre o dia 18 e 20 de junho foi realizada em Montevideu, no Uruguai, uma reunião entre as redes feministas da América Latina e Caribe e o Sistema de Cooperação Espanhol. A reunião foi convocada pela Articulação Feminista Marcosur, o Instituto Nacional das Mulheres do Uruguai, a Agência Espanhola de Cooperação e Desenvolvimento e a UNIFEM. A IGTN-LA esteve presente e junto a outras redes continuaram avançando nas reflexões sobre a Declaração de Paris. Na declaração afirmam:

- Avaliar os resultados da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento separadamente dos Investimentos Estrangeiros Diretos, os Tratados de Livre Comércio e a Dívida Externa de nossos países e regiões, nos leva a uma visão incompleta dos resultados dessa ajuda.

■ Quanto obstaculiza à eficácia da Ajuda um Tratado de Livre Comércio que pode gerar mais pobreza e exclusão, e impede às cidadãs e cidadãos da América Latina e Caribe decidir soberanamente que desenvolvimento queremos?

■ Várias são as críticas que diferentes organizações da sociedade civil fazem à Declaração de Paris. Desde que é preciso reconhecer as assimetrias de poder entre os países doadores e os países em desenvolvimento, até que não há clareza em como se operacionalizam os princípios da Declaração. A IGTN-LA e outras organizações feministas denunciaram que a igualdade de gênero é nomeada apenas uma vez na Declaração e como tema transversal. Ao não existir medidas nem indicadores específicos para avaliar os impactos da efetividade da ajuda na igualdade de gênero, o tema fica relegado a um lugar secundário e sem compromissos tangíveis.

■ Por sua vez é necessário enquadrar a agenda da Efetividade da Ajuda nos debates sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, os diálogos no Fórum de Desenvolvimento e Cooperação das Nações Unidas, e não esquecer que o fim último da ajuda não é tecnicá-la nem economizar custos de transação, mas assegurar que homens e mulheres possam exercer seus direitos humanos e desenvolver suas capacidades.

Documentos:

Declaração de Santa Marta (espanhol e inglês): <http://www.generoycomercio.org/incidencia.html>

Informação oficial sobre Reunião Santa Marta: www.accionsocial.gov.co/consulta_regional/default/index.html

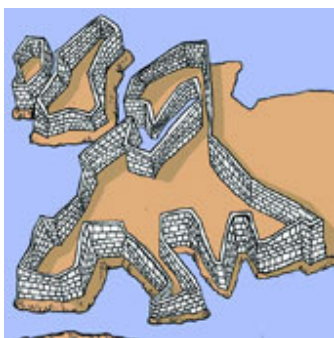
Declarações dos Diálogos Consoantes: <http://www.generoycomercio.org/incidencia.html>

Mais informação sobre os Diálogos Consoantes: www.dialogosconsonantes.blogspot.com

Bilaterais América Latina e União Européia

Diretiva de Retorno e Comércio: as duas caras da moeda

A Diretiva de Retorno, aprovada em junho pelo Parlamento Europeu, desencadeou críticas dos governos latino-americanos de forma unânime. Não era para menos, a poucos dias do encerramento da Cúpula da América Latina – União Européia na qual se reconheceu a contribuição econômica, social e cultural das e dos imigrantes na Europa; o Parlamento Europeu vota uma lei para a expulsão de imigrantes em situação irregular, que estaria afetando milhões de latinas e latinos.



Os aspectos mais polêmicos da diretiva têm a ver com o poder de se manter 'internado' a uma pessoa sem papéis. Segundo o artigo 15.1

“com o fim de preparar o retorno ou a execução do processo de expulsão” em casos que haja risco de fuga ou que o imigrante em

situação irregular “evite ou dificulte a preparação do processo de retorno ou expulsão” (Art 15.1). Isto criminaliza as pessoas em situação irregular e legítima, no âmbito do bloco, os centros de retenção que já existem em alguns países. Na França, por exemplo, se fizeram públicos os maus tratos que se recebem, a falta de condições e garantias dos direitos humanos das pessoas migrantes. Outro elemento criticado é que se define um prazo até 18 meses de ‘internação’ em determinados casos. Finalmente, uma vez expulsa a pessoa, esta não poderá ingressar na União Europeia (mesmo que vá com “papéis”), por um prazo de 5 anos. Diz-se que esta normativa pretende ‘homogeneizar’ os procedimentos de expulsão de imigrantes sem documentos dos 27 países. Os defensores da diretiva afirmam que há países onde o prazo de detenção não está regulado (por exemplo: o Reino Unido e a Dinamarca) e que esta diretiva dá algumas garantias. No entanto, podemos perguntar-nos: os países que têm leis menos restritivas agora, terão um marco legal para endurecê-las?

A diretiva de retorno está sendo discutida pelo Conselho Europeu nestes dias e entraria em vigor em 2010.

A Europa à direita

Não é casualidade que depois de três anos de discussão, a diretiva seja aprovada quando o Parlamento Europeu está mais tombado para os partidos de direita. Também não é casualidade que seja aprovada dias antes do Presidente francês, Nicolas Sarkozy, assumir a presidência do bloco. Sarkozy está impulsionando o Pacto Europeu de Imigração e em uma reunião dos Ministros do Interior do bloco conseguiu que o apoiassem. Segundo AFP, é um plano para estabelecer uma migração “escolhida” segundo as necessidades do mercado de trabalho da UE. O projeto original incluía a proibição de regularizações em massa de imigrantes e a obrigatoriedade de postular para o denominado ‘contrato de integração’. Sob este contrato, entre outros requisitos, os imigrantes deveriam aprender a língua do país de recepção. A pressão da Espanha permitiu relativizar estes pontos no documento que se pretende assinar em outubro deste ano.

Do outro lado do Atlântico: Protesto unânime

Movimentos sociais e organizações de direitos humanos do norte e do sul se expressaram contra a diretiva. Mas desta vez, os governos latino-americanos também se fizeram ouvir. Do Parlamento do MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações, Venezuela, Organização dos Estados Americanos, manifestaram sua rejeição, entre outros. “É um paradoxo que enquanto se negociam acordos importantes em matéria comercial e se fala de alianças estratégicas, se adotem de maneira unilateral medidas como a internação prolongada, que tratam como delinquentes os imigrantes ilegais, sem sequer discutir nem negociar o tema com os governos latino-americanos”, argumentou Insulza, Secretário-Geral da OEA.

Segundo o presidente equatoriano, Rafael Correa, ‘a diretiva da vergonha’ estaria afetando 3 milhões de andinos-as que atualmente estão na Europa. Evo Morales também expressou que esta lei vai contra o discurso de coesão social que promovem os Acordos de Associação (AdA)* entre a União Europeia e os diferentes blocos latino-americanos.

Adiada para setembro Negociações Acordo de Associação UE–CAN

Do 7 a 11 de julho, em Bruxelas, estava prevista a IV rodada de negociação entre a CAN e a UE. No último momento a rodada foi cancelada. Razões várias, a UE alega que a CAN deve conciliar suas posições em comércio, desenvolvimento sustentável e propriedade intelectual. A Bolívia se recusa a negociar o capítulo comercial do acordo com o formato de um Tratado de Livre Comércio. O Peru e a Colômbia rejeitam esta postura e querem avançar mais rápido nas negociações. Por sua vez, a aprovação da diretiva de retorno causou novos incômodos à Bolívia e ao Equador. Além de enviar missivas contra a medida unilateral, Rafael Correa, presidente do Equador, ameaçou retirar-se das negociações do Acordo após a aprovação da ‘diretiva da vergonha’. A IV Rodada de negociações suspensa em julho está estipulada para setembro de 2008.

Sem oscilações **Negociações Acordo de Associação UE-CA**

Entre 14 e 18 de julho, em Bruxelas, aconteceu a IV rodada de negociações entre a União Européia e a América Central. Foi o segundo intercâmbio de ofertas de acesso a mercados e o acordo continua sendo desbalanceado. Segundo agência EFE, a União Européia pediu aos delegados centro-americanos para liberarem em 90% as tarifas de importação de produtos europeus em troca de manter o Sistema Generalizado de Preferências Tarifárias (SGP +)*. Temas como os impostos ao café ou à banana não foram mencionados enquanto que para a América Central trata-se de produtos fundamentais de exportação. Isto não é casualidade já que os negociadores europeus estavam esperando as deliberações que poderiam surgir da Rodada de Doha da OMC, sobretudo em produtos sensíveis como a banana, o açúcar e a mandioca (ver pág. 4). A próxima rodada acontecerá entre os dias 6 e 10 de outubro na Guatemala.

No dia 16 de julho foi realizado o VII Fórum Mesoamericano dos Povos que na sua declaração afirma “rejeitamos as negociações de um Acordo de Associação entre a União Européia e a América Central, que apesar da retórica que os governos de ambas regiões projetam nas suas declarações públicas, não é mais que um

tratado de livre comércio de características semelhantes e impactos idênticos que os Estados Unidos costuma impor aos povos, mas que inclusive vai além ao impor novas obrigações em âmbitos como propriedade intelectual, serviços públicos e proteção dos investimentos estrangeiros”. Mais informação: <http://fórum-mesoamericano.org>

Criticando mas comercializando **Acordo de Associação UE-MERCOSUL**

O MERCOSUL foi taxativo com relação à diretiva de retorno que na passada cúpula do MERCOSUL foi rejeitada unanimemente. Como contrapartida foi aprovado um acordo sobre documentos de viagem dos Estados Partes e associados do MERCOSUL. Isto permitirá as que os residentes do bloco e países associados (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) transitem na região sem necessidade de apresentar seus passaportes.

No entanto, isto não impediu a vontade de avançar para um Acordo de Associação entre os blocos. As negociações entre o MERCOSUL e a União Européia para um AdA estavam suspensas até que acabasse a Rodada de Doha da OMC. Depois do colapso da Mini-ministerial, fontes brasileiras opinam que as negociações para a aprovação do AdA serão retomadas em setembro deste ano.

R e g i o n a i s

CÚPULA MERCOSUL sem sal

De 27 de junho a 1 de julho aconteceu em Tucumã, Argentina, a XXXV Cúpula do MERCOSUL. Houve uma Cúpula Social, o Parlamento do MERCOSUL realizou uma sessão, também se reuniram os municípios, Ministros/as e finalmente as/os Presidentes do bloco. Foi uma instância para avaliar os 6 meses da Presidência Pró Têmpore argentina e fazer a transferência ao governante brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva.

Alguns avanços

Entre os avanços da Presidência Pró Têmpore na Argentina se destacou a aprovação de 23 projetos do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) destinados ao Paraguai e ao Uruguai, como forma de superar as assimetrias entre os países. Também se sublinhou o impulso do Programa de Integração Produtiva. Segundo

o chanceler argentino, Jorge Taina, este programa contempla “a articulação entre as agências nacionais vinculadas ao desenvolvimento empresarial e produtivo, a complementação em pesquisa e desenvolvimento e a transferência de tecnologia, a formação de recursos humanos, a geração de informação e seu processamento e o financiamento dos projetos”, entre outros.

Este programa implicou a criação de um Fundo de apoio às pequenas e médias empresas do bloco.

Tarefas pendentes

O fim da cobrança da dupla tarifa alfandegária, a implementação da tarifa externa comum e a aprovação do Código Alfandegário do MERCOSUL, seguem pendentes.

Faz tempo que vem sendo trabalhado o Código Alfandegário, que no entanto ainda não está pronto. Do Paraguai pediu-se tempo para estudar a iniciativa por parte do próximo presidente, Fernando Lugo. Por sua vez, na reunião do Conselho do Mercado Comum houve discrepâncias entre a Argentina e o Uruguai, quando a Argentina pediu que se incluíssem as retenções às exportações no Código Alfandegário. Isto foi motivo de debate e finalmente o Código não foi aprovado. Outro dos debates pendentes se refere a como se distribuirá a renda aduaneira uma vez eliminada a cobrança de

dupla tarifa. Fontes do MERCOSUL asseguraram que se está trabalhando na interconexão informática de todas as alfândegas para agilizar a implementação destas mudanças e que poderiam estar prontos para janeiro de 2009.

Finalmente, continua no tinteiro a incorporação da Venezuela como sócio pleno do MERCOSUL, questão que depende da aprovação dos parlamentos do Brasil e Paraguai.

Estamos de acordo

Na declaração conjunta, as e os presidentes do bloco “coincideram em assinalar que a causa principal da crise [alimentar] é de caráter estrutural e responde à política de subsídios à produção, à exportação e à aplicação de barreiras desproporcionadas ao comércio nos países desenvolvidos.” Também rejeitaram a Diretiva de Retorno, aprovada pelo Parlamento Europeu (ver pág 11).

A Cúpula dos Povos do Sul

Movimentos e organizações camponesas, indígenas, sindicais, de mulheres, ambientalistas, estudantis e outros se reuniram entre os dias 27 e 29 de junho em Posadas, Argentina, para ratificar a aposta política à integração regional como forma de caminhar para a recuperação da soberania dos Povos do Sul do continente. Graciela Rodríguez, coordenadora global da IGTN, esteve presente e nos comenta o ocorrido.



“Por um modelo produtivo que garanta a Soberania Alimentar dos Povos” foi o lema que reuniu mais de 400 participantes em três Foros: Camponês, Indígena e de Movimentos Populares.

Os debates giraram em torno ao modelo de desenvolvimento que as políticas neoliberais promoveram para a região, com suas seqüelas de degradação social e ambiental e aprofundamento da miséria e das desigualdades, incluídas as de gênero. Enquanto as e os Presidentes do MERCOSUL se reuniam em Tucumã, os Foros populares reafirmaram seu compromisso com a luta

pela recuperação da soberania sobre os territórios e a autonomia produtiva da região, a partir das necessidades locais e regionais e não subordinadas às demandas do mercado global.

Deste modo, o processo de realização das Cúpulas dos Povos, com caráter autônomo, teve continuidade e destaque nesta oportunidade. Por considerar que seria necessário que os movimentos sociais priorizem a discussão sobre sua própria agenda política para a integração, a Cúpula foi realizada longe do evento oficial. Justamente na região da Tríplice fronteira, onde os aspectos regionais têm o peso da cotidianidade e continuum territorial. No entanto, as deliberações e a Declaração final foram enviadas para ser entregues em Tucumã às e aos Presidentes.

De todos modos, na Cúpula oficial não houve um âmbito de reunião dos presidentes com a sociedade civil, embora tenha havido um encontro entre a Presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, com alguns/algumas representantes de organizações da sociedade civil.

A Cúpula de Posadas foi muito bem-sucedida em termos de fortalecer os movimentos locais / regionais para continuar desenhando as alternativas de desenvolvimento para homens e mulheres do Cone Sul e modificar os rumos

de um MERCOSUL que requer ainda aprofundamento democrático.

De todas as formas, nosso trabalho não se esgota nos Cúpulas e aí está a chave destes processos. Precisamos dar-lhes continuidade caminhando para a construção de alternativas regionais, destinando esforços políticos, técnicos e de mobilização para incidir no debate e nos rumos da integração regional.

Declaração final da Cúpula:
www.cumbredelospueblos.org/rubrique.php?id_rubrique=1

Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL

As responsáveis das políticas de gênero da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se encontraram entre os dias 28 e 30 de maio na XIX Reunião Especializada da Mulher (REM) do MERCOSUL.

Entre suas deliberações, a REM acordou ter mais um contato fluído com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, para contribuir para a incorporação da perspectiva de gênero nos seus diversos temas de trabalho.

Também resolveram implementar uma campanha regional de sensibilização por causa da comemoração do 25 de novembro, dia internacional da eliminação da violência contra a mulher.

Houve um espaço de intercâmbio com a sociedade civil e Alma Espino da IGTN-LA interveio com o objetivo de assinalar a importância de manter e fortalecer o espaço de real intercâmbio das organizações sociais regionais e os governos na REM, assim como, dar continuidade às temáticas identificadas na agenda. Além disso, precisou a relevância de definir e priorizar de maneira ajustada, as temáticas a abordar, considerando os objetivos próprios da REM no marco da integração regional. Isto é incidir nos espaços onde se tratam os temas econômicos e comerciais, introduzindo a perspectiva de gênero.

Se bem houve avanços no trabalho da REM no último período, ainda é insuficiente a inserção do olhar de gênero nas discussões e resoluções dos diferentes âmbitos institucionais do MERCOSUL. Ao respeito, é imprescindível continuar apostando para estabelecer um diálogo mais fluído com o Grupo de Alto Nível para o Emprego (GANEMPLE) e tratar de incidir em assuntos tais como os objetivos e o destino dos Fundos de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).



Outra América é possível

Ainda há tempo para a inscrição de eventos auto-gestionados no III Fórum Social Américas. O Fórum será realizado na Cidade da Guatemala de 7 a 12 de outubro de 2008 e terá 6 eixos temáticos.

1. Alcances e desafios da mudança no hemisfério: pós-neoliberalismo, socialismos, mudanças civilizatórias.
2. Povos em resistência frente ao neoliberalismo e a dominação imperial.

3. Defesa das condições de vida frente ao capitalismo depredador.
4. As diversidades e a igualdade: desafios para sua concretização.
5. A disputa ideológica: a comunicação, as culturas, os conhecimentos, a educação.
6. Povos e nacionalidades indígenas originários e afrodescendentes: o 'bem viver' e seus desafios para o futuro.

Gênero e diversidades serão eixos transversais. Os tipos de eventos que podem ser apresentados são, por exemplo, oficinas, seminários, atividades culturais. Há prazo até **15 de agosto de 2008**.

Para inscrever atividades:

<http://www.forosocialamericas.org/inscripcion.php>

Mais informação:

<http://www.forosocialamericas.org/>

G l o s s á r i o

***Acordo de Associação (UE):** acordo estabelecido entre a União Europeia e um sócio comercial ou uma região, inclui um capítulo de diálogo político, outro de cooperação mas fundamentalmente é um acordo comercial. Pretende avançar na liberalização do comércio, incluindo temas de negociação como compras públicas, investimentos e direitos de propriedade intelectual.

***Consenso de Monterrey:** denomina-se o documento final da Conferência de Financiamento ao Desenvolvimento que foi realizada na cidade de Monterrey, no México, em março de 2002.

Documento do Consenso de Monterrey:

http://www.un.org/esa/ffd/documents/2003preconf_docs.htm

***G77:** grupo que reúne mais de 130 países em desenvolvimento no marco das Nações Unidas. Estes países coordenam seus interesses em temas como o desenvolvimento, comércio, agricultura; também promovem a cooperação sul-sul para o desenvolvimento. Este grupo de países funciona como um bloco de negociação para promover as demandas do 'Sul' nas instâncias das Nações Unidas. Mais informação: www.g77.org

***Grupo de Cairns:** É um grupo que reúne 19 países desenvolvidos e em desenvolvimento que são grandes exportadores de produtos agropecuários (agrícolas e pecuaristas). Este grupo se formou em 1986 em Cairns, na Austrália, e o objetivo era pressionar juntos para liberalizar o comércio agrícola. Atualmente vários dos membros optaram por outros agrupamentos no marco das negociações da OMC. Mais informação: www.cairnsgroup.org

***Mecanismo de Salvaguarda Especial:** mecanismo que permite contra-arrestar as flutuações do mercado e os aumentos repentinos das importações. Este mecanismo é impulsionado por um grupo de países em desenvolvimento (G33) no marco da OMC.

***Organização Mundial do Comércio (OMC):** organização que se ocupa das normas que regem o comércio entre os países em nível mundial. Fundou-se em 1995, embora seja sucessora dos acordos realizados no marco do GATT. A OMC trabalha em quatro áreas: o comércio de bens, o comércio de serviços, os direitos de propriedade intelectual e os investimentos. Mais informação: www.wto.org

***Rodada de Doha:** denomina-se Rodada um período de sessões de negociações multilaterais sobre comércio cujo objetivo é alcançar um acordo comercial. A Rodada de Doha ou 'o Programa de Doha para o Desenvolvimento' cobre temas muito amplos, entre eles: agricultura, serviços, acesso a mercado, propriedade intelectual, etc. Esperava-se que a Rodada fosse finalizada em 2004, mas as diferenças e os desequilíbrios entre os países negociadores fizeram com que até hoje não se tenha entrado em um acordo. Mais informação:

http://www.wto.org/spanish/tratop_s/dda_s/dda_s.htm

***Sistema Generalizado de Preferências Tarifárias (SGP+):** Sistema pelo qual os países desenvolvidos dão trato preferencial a produtos originários de países em desenvolvimento. Neste caso dá-se preferências tarifárias à exportação de 7.200 produtos da América Central ao mercado europeu. O SGP Adicional permite que alguns produtos centro-americanos entrem na União Européia sem pagar tarifas, por exemplo, o mel, café tostado, atum.